

Relatório Anual 2025

SMDH

“A cada dia se torna mais distante e menos real
o sonho do povo brasileiro, em relação, à igualdade
social e de direitos.”

VALERIA NUNES DE ALMEIDA E ALMEIDA

Sumário

Introdução	03
1-SMDH	04
1.1-Histórico	04
1.2 -Missão	04
1.3- Finalidades estatutárias	04
1.4- Estrutura Organizativa	06
2- Infraestrutura	08
3- Projetos em execução	09
3.1- Projeto Nacional de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas	09
3.2 -Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA/MA	14
3.3- Programa Estadual de Proteção de Defensores de Direitos Humanos	16
3.4- Projeto Sementes de Esperança	17
3.5- Defendendo Vidas e garantindo direitos expropriados	20
3.6- Projeto Seletivismo Penal	22
3.7- Projeto Sementes de Proteção de Defensores/as de Direitos Humanos	24
4- Registro Fotográfico	27

INTRODUÇÃO

Este relatório traz uma descrição pormenorizada das atividades da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) no ano de 2025. O seu objetivo é dar publicidade e transparência às ações da SMDH, enumerando as ações realizadas pela instituição, e informando as respectivas despesas inerentes à realização das suas atividades e projetos. Um breve histórico da instituição inicia o documento, informando também a missão e os objetivos da SMDH para que, em seguida, seja realizada uma descrição da estrutura da instituição, no que diz respeito aos bens patrimoniais e à composição dos recursos humanos. Na sequência, é apresentado um resumo dos custos operacionais no ano de 2025, e dos recursos obtidos durante o mesmo período. Por fim, são descritas as atividades inerentes aos projetos desenvolvidos pela SMDH, e cada uma das ações específicas realizadas através destes projetos (formações, audiências públicas, elaboração de notas técnicas, relatórios, acompanhamento de audiências judiciais, assessoramento jurídico, psicológico e social, dentre muitas outras), detalhando os objetivos, e os resultados destas atividades. Trata-se de uma ferramenta de monitoramento e visualização do trabalho desenvolvido pela SMDH e do orçamento da mesma no período de 2025. A publicidade e a transparência destas informações possibilitam o controle social e o monitoramento dos investimentos e das ações realizadas pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos.

1- SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS-SMDH

1.1- Histórico

A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos - SMDH nasceu em 12 de fevereiro de 1979, período de efervescência política, marcado por um contexto nacional de grandes violações a Direitos Humanos. A entidade logo se tornou espaço de militância e de confluência dos movimentos sociais do Maranhão contra a ditadura e na luta pela democratização. Desde então, a SMDH tem adotado uma linha de ação que articula atividades de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos. Na defesa dos direitos humanos tem atuado em nível nacional e internacional, tendo várias denúncias admitidas pelo OEA, dentre os quais as Medidas Provisórias do Complexo Penitenciário de Pedrinhas impetradas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, objeto de ação da SMDH e mais três entidades parceiras.

1.2- Missão

A SMDH tem como missão disseminar uma nova concepção de Direitos Humanos, que se contraponha à naturalização da violência, resgatando a vida como valor fundamental e incorpora, às suas atividades, a concepção da integralidade, interdependência e universalidade dos direitos humanos

1.3- Finalidades estatutárias

- Contribuir para a promoção e defesa dos direitos humanos individuais e coletivos, nas dimensões de gênero, etnia e geração;
- Estimular, fortalecer e assessorar os trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos, quilombolas, testemunhas e vítimas ameaçadas, bem como a sociedade civil organizada, órgãos públicos, mídia e sociedade em geral na definição e busca de aplicação dos direitos humanos;
- Sensibilizar a comunidade para que adote e estimule a incorporação de princípios e práticas agroecológicas, valorizando os saberes e os recursos

naturais locais para garantir a agricultura familiar sustentável e a segurança alimentar;

- Fortalecer, ampliar e divulgar os direitos humanos, assim como seus mecanismos de defesa e garantia;
- Promover a formação e a capacitação em políticas públicas, propondo e reivindicando sua implementação;
- Possibilitar o acesso à Justiça em casos de violações de direitos humanos, privilegiando as ações coletivas;
- Favorecer a defesa, preservação e conservação do meio ambiente, inclusive, com patrocínio de ações judiciais cabíveis;
- Promover direitos estabelecidos, assim como a construção de novos direitos e
- Promover estudos e pesquisas, bem como a produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos.

Na operacionalização das suas finalidades a SMDH realiza uma série de ações como:

- ✓ Levantamentos e pesquisas sobre aspectos da realidade maranhense e nacional;
- ✓ Assessora movimentos e organizações não governamentais sobre temas como acesso à justiça e segurança pública, combate à tortura e violência policial, justiça sócio ambiental, garantia de direitos, defesa do meio ambiente, da terra e dos direitos territoriais de comunidades;
- ✓ Promove ações de educação em direitos humanos junto às lideranças comunitárias, operadores do sistema de justiça e segurança, saúde e educação;
- ✓ Protege pessoas ameaçadas, integrando o Sistema Nacional de Proteção a Testemunhas;
- ✓ Intermedia proposições e demandas advindas de trabalhadores e trabalhadoras rurais junto a órgãos públicos e privados na forma de propostas, denúncias e outros mecanismos de defesa de direitos;
- ✓ Informa a sociedade civil sobre matérias de interesse coletivo relacionadas às mortes violentas, aos despejos forçados, ao combate à tortura, à proteção de pessoas ameaçadas, à luta pela terra e pelos direitos territoriais, aos impactos socioambientais de grandes projetos e acerca do controle social;

- ✓ Elabora propostas acerca da institucionalidade protetiva aos direitos humanos
- ✓ Articula as entidades da sociedade civil organizada na luta contra todas as formas de discriminação, violência e exclusão dos segmentos sociais vulnerabilizados, formulando denúncias e processos de responsabilização.

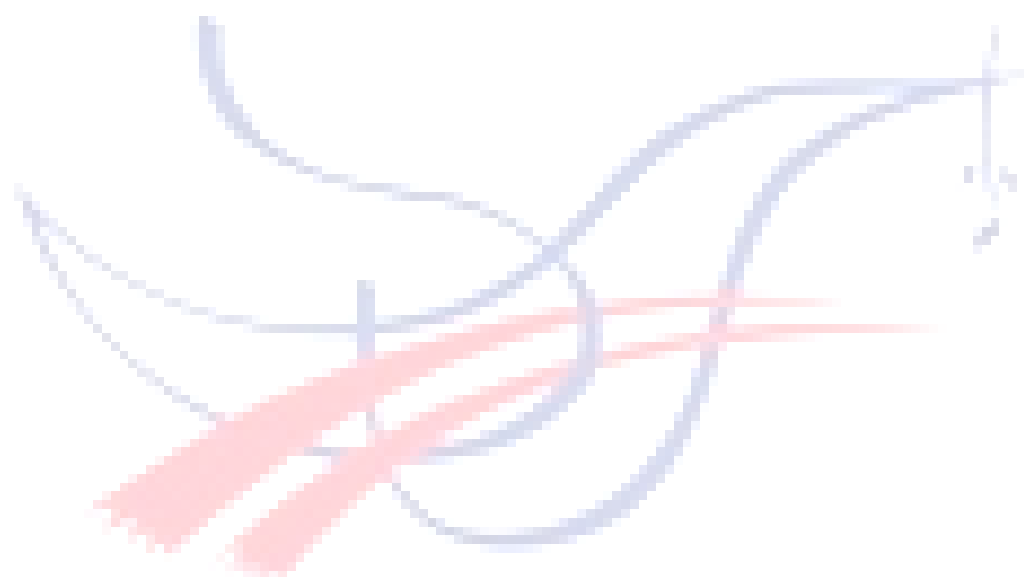
Tais estratégias visam o fortalecimento de uma cultura de respeito às diversidades e a construção de um mundo com justiça e direitos humanos.

1.4-Estrutura Organizativa

A SMDH mantém uma estrutura organizativa colegiada de articulação e deliberação, de forma a possibilitar maior incidência na realidade estadual e nacional onde atua, contemplando os seguintes espaços:

- *Assembleia Geral*: órgão máximo de deliberação e formulação de políticas da SMDH, constituído por todos os seus associados, devendo reunir-se anualmente em caráter ordinário e extraordinariamente quando se fizer necessário, instalando-se com um quórum mínimo de metade mais um dos sócios que estiverem em pleno gozo de seus direitos;
- *Coordenação Colegiada*: composto por três membros efetivos e três suplentes eleitos por um período de dois anos; coordena a execução das políticas e deliberações aprovadas pela Assembleia Geral, zelando pelo cumprimento dos Estatutos e dos planejamentos anuais da entidade, além de buscar e desenvolver políticas de sustentação financeira para a entidade;
- *Conselho Consultivo*: constituído por cinco pessoas engajadas na luta pelos Direitos Humanos, associados ou não à SMDH; emite parecer sobre as políticas adotadas pela entidade, em nível da cooperação multi e bilateral, ou da articulação com movimentos sociais, organizações governamentais e ONGs, nacionais e/ou internacionais, além de opinar sobre questões suscitadas pelo Conselho Diretor e pelas equipes de trabalho.
- *Conselho Fiscal*: constituído por três associados(as) e por primeiro(a) e segundo(a) suplentes; exercer sistemática e permanentemente fiscalização dos balancetes, balanços anuais e dos livros e documentos a eles referentes; apresentar à assembleia geral ordinária parecer sobre inventário, balanço e as contas do

exercício; informar à coordenação colegiada e à assembleia geral irregularidades que apurar, podendo para tal determinar competentes inquéritos; solicitar à coordenação colegiada a convocação extraordinária de assembleia se ocorrer motivo grave e urgente, que por sua dimensão possa comprometer a credibilidade da entidade.



SMDH

2- INFRAESTRUTURA

Tem instalações – sede em São Luís (MA) e escritório em Brasília- possuindo a seguinte infraestrutura:

Escritório de Brasília: 13 computadores, 09 notebooks, 05 impressoras, 01 datashows, 01 veículo;

Escritório São Luís: 16 computadores, 18 notebooks, 08 impressoras, 05 datashows, 02 câmeras fotográficas e 02 veículos próprios.



3- PROJETOS EM EXECUÇÃO

3.1- Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas –

Programa Federal

O presente relatório traz informações sobre o ano de 2025, assinalando a finalização do TC 001/2022 em julho de 2025 e início do TC 002/2025 em agosto de 2026, sendo previsto para 36 meses; ambos objetivando a manutenção da gestão do programa federal, que está com esta entidade de Direitos Humanos, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, desde 2009, em uma série de convênios e termos de colaboração, ao longo desses anos.

No decorrer de 2025 o Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas realizou 55 atendimentos de pré-triagens e triagens. Nesse sentido, as solicitações encaminhadas que continham os requisitos básicos para atendimento foram avaliadas e acolhidas. Embora os agendamentos prévios com as autoridades demandantes, e os envolvidos, parte dos casos desistiram do atendimento de triagem, ou do ingresso.

Tendo em vista o relatado acima, no período foram incluídos em rede proteção 10 casos – sendo 6 novos casos e 04 reingressos, sem ingresso de familiares de núcleos já inseridos.

Importante ressaltar que os casos chegaram até ao programa com instrução deficiente por parte das autoridades demandantes que, por outro lado, tiveram baixa adesão na celeridade das respostas no que diz respeito ao agendamento de triagens e mesmo do posterior encaminhamento dos casos. Por outro lado, ainda se tem resposta insatisfatória acerca do andamento processual em relação aos processos que ensejaram a entrada das pessoas na proteção, o que levou o MDHC a envidar esforços no sentido de realizar acordos de cooperação com CNJ e CNMP, que se encontram em curso.

No período do relatório, foram elaborados 581 ofícios para a CGPT, dentre estes, enviando 363 minutas para serem encaminhadas às autoridades demandante com pleitos pertinentes ao acompanhamento dos núcleos inseridos, e, tratativas referentes aos casos com demandas de ingresso. Ademais, foram enviados 792 memorandos para equipes acolhedoras.

Nesse interstício, realizou-se acompanhado direto de núcleo, que, por motivo de segurança não apresentaremos maiores detalhes, para preservação dos procedimentos de segurança, sendo observados os eixos protetivos do PAP.

Ademais, no período de janeiro a dezembro de 2025, foram subsidiadas e acompanhadas todas as 14 reuniões do Conselho Deliberativo Federal – CONDEF. No que se refere às enquanto atividades ordinárias, foram realizadas a apresentação de sujeitos-em-proteção em 13 oitivas, 02 transferências de rede e 10 atividades de convívio familiar com pessoas fora dos parâmetros da proteção, seja por encontro ou por visita familiar e, ainda, suporte para realização de 03 provas semestrais de nível superior, pertinente a um casal-em-proteção.

Durante o plano de trabalho, houve um aditivo no Termo de Colaboração nº 001/2022-PROVITA Federal, contendo ações vinculados ao crédito extraordinário, prevendo ações específicas ao atendimento e aperfeiçoamento do programa para atendimento a povos originários. Nesse sentido foram previstas duas ações para o crédito extraordinário, sendo a primeira: realizar divulgação do programa de proteção junto a portas de entrada de vítimas e testemunhas e, a segunda: desenvolver Campanha de Comunicação para enfrentamento aos crimes no território Yanomami e sua interface com o espaço urbano em Roraima

A primeira fora realizada nas seguintes etapas:

ETAPA 1 - A realização de atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dessa ação.

ETAPA 2 - A realização de levantamento de portas de entrada e desenvolvimento de metodologia de visitas.

ETAPA 3 - Realizar reunião com lideranças dos povos Yanomami e Ye'kwana para escuta sobre ocorrência de crimes no território e apresentação da proposta.

ETAPA 4 - - Realizar visitas e reuniões com sociedade civil para divulgação do Provita junto às portas de entrada nos 4 municípios selecionados (apresentação programa e levantamento de crimes) e planejamento Caravanas

ETAPA 5 - Realizar 3 caravanas de direitos humanos para reforço à possibilidade de utilização do programa no enfrentamento aos crimes e delitos contra os povos Yanomami e Ye'kwana e sua interface com o espaço urbano

E a segunda realizada nas seguintes etapas:

ETAPA – Produzir marca de campanha

ETAPA – Produzir vídeos curtos para redes sociais

ETAPA - Desenvolver spots de rádio convencional e virtual

ETAPA - Produzir filme sobre crime organizado e território Yanomami e Ye'kwana incentivando denúncias

ETAPA - Desenvolver material gráfico com principais crimes identificados relacionados às terras Yanomami e Ye'kwana e a forma de entrada no Provita

ETAPA - Garantir assessoria de imprensa e fotografia para 3 Caravanas de Direitos Humanos.

Em relação ao monitoramento do sistema de proteção no ano de 2025 foram desenvolvidas as seguintes atividades relativas ao controle interno do Sistema Nacional de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas:

- 05 reuniões online da equipe técnica do monitoramento e 01 reunião presencial de planejamento, as referidas reuniões tratam do monitoramento das ações inerentes ao período e são realizadas mensalmente (06/02/25, 04 e 05/03/25, 16/05/25, 07/08/25, 04/09/25, 02/10/25).
- 01 reunião avaliativa do ano de 2025 (17/12/25).
- 02 reuniões de alinhamento com o MDHC (01/09/25 e 25/11/25), quando foram acordadas agendas e o monitoramento de MT, CE e RS.
- 03 primeiros momentos do Ciclo de Monitoramento, quando se realiza o processo de imersão e escuta dos atores envolvidos na execução dos sistemas estaduais de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas. Os sistemas estaduais visitados foram MA (15 a 19/09/25), PB (10 a 14/11/ 25) e AM (01 a 05/12/25).
- 03 segundos momentos do ciclo nos estados do Acre (26/03/25), Bahia (15/05/2025) e Paraná (19/03/25);
- 04 terceiros momento de ciclo nos estados de Espírito Santo (19 e 20/05/2025), Minas Gerais (21 e 22/05/2025), Pernambuco (17 e 18/06/25) e São Paulo (07 e 08/05/2025).
- 03 reuniões de Câmara Técnica do Sistema Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (13/02/25) (07/03/25) e (21/10/25),

- 01 reunião de apresentação aos atores locais do relatório relativo ao encerramento do ciclo do monitoramento junto ao Sistema Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas do Pará (12/12/25), denominamos esse documento de Relatório Avaliativo do Sistema Estadual monitorado.
- 03 relatórios de Primeiro Momento do Ciclo de Monitoramento elaborados e encaminhados para apreciação da Câmara Técnica (MA, PB e AM).
- Produção dos relatórios avaliativos de RJ, PE, AM, MA, ES, MG, SP.

Todas as atividades são pautadas na observação do andamento da política de proteção a vítimas e testemunhas ameaçada nos estados federados, focando em 03 (três) aspectos: institucionalidade, infraestrutura e atendimento aos sujeitos em proteção, obedecendo as recomendações 01, 02,03 e 04 emanadas pela Câmara Técnica do Sistema Nacional de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

No ano de 2025, a Coordenação de Transferência de Rede intermediou a proteção de 54 casos novos, num total de 162 pessoas dentro da Rede Nacional. Tal cenário demanda um olhar para cada caso, considerando as especificidades de cada núcleo quanto à configuração familiar, demandas de saúde, aspectos socioculturais e educacionais, etc. A partir de tal coordenação foram realizadas diversas intervenções através de reuniões e envio de memorando com orientações em diálogo com as doze equipes estaduais que compõem a Rede FNEG. Quanto às orientações e sugestões com as equipes estaduais, pautam-se nos direitos humanos, as diretrizes das políticas públicas nacionais, na pedagogia da proteção, no Manual de Procedimentos do Programa e, em acordos consensuados historicamente em plenária FNEG. Tais intervenções tem por objetivo colaborar com a ação protetiva dos casos que necessitam da transferência de rede para a garantia da integridade física com reinserção social desde a entrada até desligamento do programa de proteção.

Também foram garantidas atividades mensais internas entre planejamento e avaliação semestral de 2025 e monitoramento das atividades planejadas com o Programa Federal. Em relação à formação, foram realizadas atividades de estudos temáticos e de casos envolvendo o Programa Federal. Além disso foram garantidos a realização do Seminário Nacional dos Programas de Proteção à Vítimas e Testemunhas Ameaçadas 2025 – PROVITA: 26 anos fortalecendo o Estado Democrático de Direito, e garantindo Vidas e

Encontro Nacional dos Programas de Proteção à Vítimas e Testemunhas Ameaçadas 2025 – PROVITA: 26 anos fortalecendo o Estado Democrático de Direito e garantindo Vidas entre os dias 08, 09 e 10 de abril de 2025. Ainda em 2025, em agosto, fora realizado o Seminário PROVITA no enfrentamento da violência contra povos originários. Em nível mais amplo, tem-se a ampliação da articulação política em Brasília com a inauguração de nova sede e a realização de reuniões presenciais de alinhamento envolvendo ambos os escritórios.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o acompanhamento de casos inclusos, as atividades pertinentes às novas demandas, e a apresentação dos casos ao Conselho Deliberativo, seguiram os fluxos previstos mediante a atuação da SMDH/Equipe Federal, no período de janeiro de 2025 a dezembro de 2025, conforme demonstrado nos dados acima.

DESCRIÇÃO	SALDO ANT.	CREDITOS	DESPESAS	DEVOLVIDO
001 - PROGRAMA FEDERAL A PARTIR 12-2022 ate 08/2025				
RECURSOS A REALIZAR	2.959.535,06	5.050.628,02	7.281.647,53	728.515,55
RECURSOS ORÇAMENTARIO A REALIZAR		4.917.557,96		
OUTROS RECURSOS A REALIZAR				
REND. DE APLICAÇÃO FINANCEIRA A REALIZAR		133.070,06		
				728.515,55
APLICAÇÃO DE RECURSOS				
CUSTOS COM PESSOAL			1.841.776,52	
CUSTOS COM ATIVIDADE DO PROGRAMA			5.172.206,45	
CUSTOS C/ APOIO AO PROGRAMA			267.664,56	

DESCRIÇÃO	SALDO ANT.	CREDITOS	DESPESAS	DEVOLVIDO	SALDO	ATIVO	PASSIVO	SALDO
001 - PROGRAMA FEDERAL A PARTIR 08-2025								
RECURSOS A REALIZAR		3.480.157,75	2.025.238,14	-	1.454.919,61	1.536.355,35	81.435,74	1.454.919,61
RECURSOS ORÇAMENTARIO A REALIZAR		3.467.505,05						
OUTROS RECURSOS A REALIZAR						3.252,41	20.522,25	
REND. DE APLICAÇÃO FINANCEIRA A REALIZAR		12.652,70				3.102,94	60.843,49	
						1.530.000,00	70,00	
APLICAÇÃO DE RECURSOS								
CUSTOS COM PESSOAL			1.116.218,47					
CUSTOS COM ATIVIDADE DO PROGRAMA			861.510,60					
CUSTOS C/ APOIO AO PROGRAMA			47.509,07					

3.2 -Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas –

PROVITA/MA

O presente relatório consolida as principais ações executadas pelo PROVITA/MA ao longo de 2025, com base nos Relatórios de Execução Física referentes aos períodos que compreendem dezembro de 2024 a janeiro de 2026, destacando especificamente os registros, resultados e desafios verificados no ano de 2025, no âmbito do Termo de Colaboração nº 003/2024.

No período, o Programa manteve regularidade na execução de suas atividades, assegurando o acompanhamento técnico de pessoas e núcleos familiares em proteção, bem como a análise de novas demandas de ingresso e reingresso. Ao longo de 2025, foram acompanhados entre 13 e 16 núcleos familiares, totalizando entre 33 e 38 pessoas, com predominância de casos do Maranhão. O público atendido apresentou diversidade etária e demandas intersetoriais nas áreas de segurança, saúde, saúde mental, educação, documentação, habitação, assistência social e acompanhamento jurídico. Observou-se predominância de pessoas autodeclaradas pardas e pretas, sem registros de pessoas autodeclaradas LGBTQIAPN+, além do acompanhamento de um núcleo quilombola com reinserção exitosa. Também foram registrados casos com dificuldades de adesão às orientações técnicas, incluindo situações relacionadas ao uso de SPA.

As ações do Programa envolveram análise de demandas encaminhadas por órgãos do Sistema de Justiça e Segurança Pública, com realização de triagens, atendimentos técnicos, elaboração de relatórios e submissão ao CONDEL, resultando em inclusões, indeferimentos e não admissões. O acompanhamento técnico ocorreu por meio de visitas domiciliares, atendimentos individualizados e familiares, repasses de subsídios, monitoramento das condições de segurança, estratégias de reorganização da vida em novos territórios e atendimentos emergenciais. Também foram realizadas ações de fortalecimento de vínculos familiares, comunicações protegidas, desligamentos voluntários e repactuação de normas de proteção.

No eixo de garantia de direitos, o PROVITA/MA promoveu articulações para acesso seguro às políticas de saúde, saúde mental, educação, assistência social, habitação e documentação civil, com fluxos consolidados junto às secretarias de educação e saúde.

Contudo, a política habitacional não respondeu de forma satisfatória às demandas, não havendo novos acessos à moradia, apesar de um caso ter adquirido imóvel com recursos próprios.

No campo institucional, foram realizadas articulações com órgãos do Sistema de Justiça e Segurança Pública, por meio de reuniões, ofícios, acompanhamento de processos e viabilização de participação em audiências, inclusive remotas, além de interlocução para escoltas e acolhimentos emergenciais, sendo registrada a precariedade do pouso provisório. O CONDEL manteve funcionamento regular, com reuniões e deliberações sobre casos, despesas e fluxos institucionais.

A equipe participou de estudos internos e de encontro nacional das equipes dos programas de proteção, além de fortalecer articulações com a rede solidária e parceiros institucionais, contribuindo também com ações territoriais da SMDH, incluindo caravanas e construção de planos regionais de proteção, com destaque para o Baixo Parnaíba Maranhense e ações nas regiões dos Cocais e Tocantina. No âmbito do monitoramento, foram produzidos relatórios periódicos, realizada pesquisa de satisfação e promovida readequação institucional, incluindo remanejamento de rubricas.

Como principais resultados, destacam-se a manutenção do acompanhamento técnico, a análise de demandas de ingresso, a garantia de acesso a direitos, o funcionamento do CONDEL, o fortalecimento da rede de parceiros e o desenvolvimento de ações de monitoramento. Permanecem, contudo, desafios estruturais, como limitações no acesso à habitação, dificuldades no acompanhamento jurídico de processos em segredo de justiça, precariedade do pouso provisório, necessidade de estruturação do Programa, insuficiência orçamentária, divergências entre planejamento e execução, atrasos em repasses financeiros e entraves no descarte de bens vinculados a convênios anteriores.

DESCRIÇÃO	SALDO ANT.	CREDITOS	DESPESAS	DEVOLVIDO	SALDO	ATIVO	PASSIVO	SALDO
PROVITA ESTADUAL A PARTIR DE 09/2024								
RECURSOS A REALIZAR	2.766.971,65	3.926.488,25	3.877.423,60	-	2.816.036,30	2.864.251,82	48.215,52	2.816.036,30
RECURSOS ORÇAMENTARIOS A REALIZAR		3.747.076,19						
RECURSOS PERMUTA E OUTROS A REALIZAR	-	26.000,00				2.090,85	13.706,01	
REND. DE APLICAÇÃO FINANCEIRA A REALIZAR	-	153.412,06				158.172,01	34.509,51	
						2.703.988,96		

APLICAÇÃO DE RECURSOS	-	-				
CUSTOS COM PESSOAL - Provita Estadual	-		1.365.514,75			
CUSTOS COM ATIVIDADE DO PROGRAMA - Prov. estadual	-		1.899.684,78			
CUSTOS C/ APOIO AO PROGRAMA - Prov. Estadual	-		592.559,07			
CUSTOS ADMINISTRATIVO - Prov estadual	-					
CUSTOS COM BENS DE CAPITAL=Prov estadual	-		19.665,00			

3.3- Programa Estadual de Proteção de Defensores de Direitos Humanos (PEPDDH)

No âmbito da execução do Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas no Estado do Maranhão (PEPDDH-MA), a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) deu continuidade às ações de proteção e acompanhamento de defensoras e defensores de direitos humanos ameaçados, conforme previsto no Termo de Colaboração nº 004/2024.

Ao longo do período analisado, o programa manteve acompanhamento direto de defensoras e defensores em situação de risco, alcançando 131 pessoas em proteção distribuídas em 45 casos, o que representa aproximadamente 77% da capacidade máxima prevista no plano de trabalho, que estabelece atendimento de até 170 defensoras e defensores ameaçados em decorrência de sua atuação na defesa dos direitos humanos no Maranhão.

No que se refere ao fluxo de atendimento do programa, foram realizadas 79 triagens de defensoras e defensores de direitos humanos, permitindo avaliar as situações apresentadas e encaminhar as demandas no âmbito da política de proteção. Ao final do período analisado, permaneceu apenas um caso em análise, envolvendo cinco pessoas. A equipe técnica também realizou acompanhamento direto nos territórios onde se localizam os casos em proteção. Nesse contexto, foram realizadas 36 missões in loco, possibilitando o atendimento presencial de aproximadamente 40 casos em proteção. Paralelamente, foram realizadas 32 atividades virtuais, envolvendo 25 casos acompanhados pelo programa, ampliando o monitoramento e o diálogo com as pessoas protegidas.

No campo da gestão de riscos, o programa registrou 29 alertas de risco relacionados a situações graves de ameaça, todos encaminhados ao órgão público executor da política de proteção dentro do prazo de até 24 horas. Em diversas dessas situações foi

necessário realizar acolhimento emergencial de defensoras e defensores, com retirada temporária do território como medida de proteção.

No âmbito das medidas protetivas, a equipe técnica elaborou 42 Planos de Ação Protetiva, além de realizar articulações com organizações da sociedade civil e órgãos públicos e acompanhar procedimentos relacionados às situações jurídicas dos casos atendidos.

O programa também desenvolve iniciativas voltadas ao fortalecimento das redes de proteção e das estratégias coletivas de autoproteção nos territórios, por meio de atividades formativas, rodas de diálogo e trocas de saberes entre comunidades acompanhadas pelo programa.

Dessa forma, ao longo de 2025, o PEPDDH-MA manteve suas atividades de acompanhamento, monitoramento e articulação institucional, contribuindo para o fortalecimento das estratégias de proteção e para o apoio às defensoras e defensores de direitos humanos em situação de ameaça no estado do Maranhão.

DESCRIÇÃO	SALDO ANT.	CREDITOS	DESPESAS	DEVOLVIDO	SALDO	ATIVO	PASSIVO	SALDO
PEPDDH A PARTIR 09/2024								
RECURSOS A REALIZAR	1.179.090,11	3.933.035,84	3.244.531,86	-	1.867.594,09	1.937.614,52	70.020,43	1.867.594,09
RECURSOS ORÇAMENTARIO A REALIZAR		3.777.698,48						
REND. DE APLICAÇÃO FINANCEIRA A REALIZAR		155.337,36				6.766,38	20.263,66	
			2.007.038,82			1.930.848,14	49.748,77	
APLICAÇÃO DE RECURSOS							8,00	
DESPESAS COM PESSOAL			2.007.038,82					
CUSTOS COM ATIVIDADE PROGRAMA			1.178.449,18					
CUSTOS CORRENTES			59.043,86					
BENS DE CAPITAL								

3.4- PROJETO SEMENTES DE ESPERANÇA (PSE): Construindo direitos humanos, democracia e bem viver com as comunidades tradicionais

Em 2025, o Projeto Sementes de Esperança (PSE), apoiado por Misereor, executou o segundo ano do triênio 2024-2027, com atuação nas regiões do Baixo Parnaíba Maranhense e Baixo Munim. O projeto desenvolveu ações voltadas à defesa jurídica do direito ao território e à terra das comunidades tradicionais, à incidência política e à defesa de direitos, bem como ao fortalecimento do controle popular e do trabalho

organizativo comunitário em redes locais e regionais. O projeto contou com equipe de cinco profissionais e, a partir de maio de 2025, passou por desafios orçamentários informados pelo financiador, o que demandou ajustes no planejamento. Ainda assim, conseguiu manter suas ações e alcançar avanços importantes, contando também com apoio articulado de outros projetos e programas da SMDH.

No campo da defesa dos territórios, o projeto realizou manifestações, reuniões, denúncias, monitoramento de processos e incidências junto a órgãos de justiça e fundiários, envolvendo comunidades acompanhadas em diferentes regiões. Houve acompanhamento de situações de conflito, ameaças, processos judiciais e administrativos, além de denúncias relacionadas a desmatamento, uso de agrotóxicos, tentativas de consulta prévia fraudulenta e outras violações de direitos. Também foram acompanhados processos fundiários de comunidades e territórios quilombolas, com avanços em procedimentos que seguem em monitoramento.

As reuniões formativas ocorreram de forma online e presencial, de acordo com as demandas das comunidades e o contexto do projeto. Essas ações contribuíram para o alinhamento de informações sobre processos judiciais e administrativos, situações de conflito nos territórios, encaminhamento de denúncias, mobilização comunitária e fortalecimento do protagonismo local, inclusive com reflexões sobre participação das juventudes.

No âmbito da formação de base, o projeto fortaleceu ações educativas e de mobilização política. Em 2025, foi produzida uma Cartilha sobre Consulta Prévia, Livre e Informada, utilizada em oficinas realizadas com comunidades da Gleba Santa Cecília. A formação anual de Agentes Populares de Direitos (APD), inicialmente prevista, foi adiada em razão do contexto de financiamento. Como estratégia de continuidade do processo formativo, houve articulação com o projeto “Combatendo a Seletividade Penal”, possibilitando a participação de integrantes de comunidades e redes acompanhadas pelo PSE em processos formativos voltados ao direito e à comunicação.

Também foram realizados intercâmbios de experiências comunitárias, no âmbito das Caravanas Regionais de Direitos Humanos, e intercâmbio de práticas agroecológicas, fortalecendo partilhas, aprendizados e estratégias conjuntas de resistência entre comunidades.

No eixo da incidência política e jurídica, o projeto realizou articulações institucionais com órgãos fundiários, de justiça e de direitos humanos, participou de audiências públicas, encaminhou informes, ofícios e relatórios, e fortaleceu denúncias sobre violações de direitos humanos. Nesse campo, também houve revisão e diagramação do Dossiê Grilagem e lançamento do Relatório Anual da Violência, com dados de 2024, durante o III Colóquio de Direitos Humanos.

O projeto realizou ainda incidências junto a órgãos nacionais e internacionais, com monitoramento de casos acompanhados pela SMDH, inclusive perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. No campo da comunicação, foram produzidos boletins, textos, fotos, vídeos e outras ações de visibilidade, contribuindo para fortalecer as lutas por terra e território e dar maior projeção às denúncias e às experiências das comunidades tradicionais.

Em 2025, a SMDH também fortaleceu sua atuação em redes, por meio do Fórum em Defesa da Vida do Baixo Parnaíba Maranhense e da articulação com a Animação dos Cristãos no Meio Rural do Munim. Essas ações contribuíram para o planejamento coletivo, atualização de princípios, construção de caravanas, encontros regionais, oficinas temáticas e fortalecimento das redes de proteção popular.

No campo das ações protetivas, o projeto esteve envolvido em processos de acompanhamento e articulação em parceria com programas de proteção, especialmente em casos que envolveram ameaças a comunidades e lideranças. Também foram revisados e aprovados parâmetros de políticas públicas no contexto das lutas por terra e território, fortalecendo processos de incidência junto ao poder público.

As Caravanas Regionais e a Pré-Caravana realizadas em 2025 contribuíram para fortalecer ações de educação em direitos humanos, denúncias, incidência política e diálogo com comunidades, organizações e órgãos públicos. Essas atividades também impulsionaram debates sobre reforma agrária, agrotóxicos, segurança pública e proteção popular.

Por fim, o projeto fortaleceu a participação das juventudes por meio de oficinas, cursos, intercâmbios e ações de comunicação popular e formação política, ampliando o envolvimento de jovens das comunidades acompanhadas e contribuindo para a continuidade das lutas nos territórios.

DESCRIÇÃO	SALDO ANT.	CREDITOS	DESPESAS	DEVOLVIDO	SALDO	ATIVO	PASSIVO	SALDO
020 - PSE A PARTIR 03-2024								
RECURSOS A REALIZAR	9.847,48	460.877,69	422.271,19		48.453,98	56.447,51	7.993,53	48.453,98
RECURSOS ORÇAMENTARIO A REALIZAR		455.287,30						
REND. DE APLICAÇÃO FINANCEIRA A REALIZAR		1.659,93				21.447,51	1.776,64	
OUTROS CREDITOS		3.930,46				35.000,00	6.216,89	
APLICAÇÃO DE RECURSOS								
DESPESAS COM PESSOAL			314.444,27					
DESPESAS ATIVIDADE DO PROGRAMA			77.083,43					
CUSTOS CORRENTES			30.743,49					
BENS DE CAPITAL								

3.5- Defendendo Vidas e garantindo direitos expropriados

No ano de 2025, o Projeto Defendendo Vidas e Garantindo Direitos Expropriados, apoiado por Misereor, deu continuidade ao novo trienal iniciado em outubro de 2024, com atuação nos estados do Amapá, Roraima, Rondônia, Alagoas e Distrito Federal. O projeto tem como foco fortalecer comunidades e organizações que atuam na defesa dos direitos humanos, promovendo estratégias de resistência, organização e proteção diante de contextos de violência, violações de direitos e ameaças às liberdades fundamentais.

Ao longo do período, o projeto desenvolveu ações voltadas ao fortalecimento das Organizações Referenciais nos Territórios (ORTs), garantindo processos formativos sobre proteção popular, realização de plenárias nacionais mensais, reuniões de monitoramento e repasses financeiros para apoio às ações nos territórios. Essas iniciativas contribuíram para consolidar a atuação em rede e ampliar as estratégias coletivas de proteção, que passaram a contar com referências em todos os estados do Brasil e no Distrito Federal.

No campo do apoio direto, foram realizados apoios emergenciais a comunidades e grupos ameaçados, além do desenvolvimento de análises de contexto e risco e da elaboração de planos de proteção construídos a partir das experiências dos próprios territórios. O projeto também fortaleceu a compreensão da proteção como uma ação planejada, baseada em análise de risco e construção coletiva de estratégias, ampliando a autonomia das organizações e movimentos sociais.

Mesmo diante de limitações de recursos, foram realizadas ações de formação, articulação e mobilização, incluindo Caravanas de Direitos Humanos em diferentes estados, oficinas de proteção popular em territórios indígenas e rurais e acompanhamento de casos em articulação com outros projetos e campanhas. Destacam-se as atividades realizadas em Roraima, Amazonas, Distrito Federal e Alagoas, com foco no enfrentamento de violações em contextos de conflito territorial e violência. O projeto também atuou em espaços de articulação nacional e internacional, participando de campanhas, intercâmbios e processos de incidência relacionados à proteção de defensoras e defensores de direitos humanos. Nesse contexto, destaca-se a participação em encontro internacional em Bogotá e a atuação em redes e campanhas de enfrentamento à violência no campo.

O período foi marcado ainda por avanços institucionais relevantes, como o lançamento do Plano Nacional de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, resultado de processos de incidência da sociedade civil, com participação ativa da SMDH.

Ao mesmo tempo, o contexto de atuação segue marcado por desafios significativos, especialmente relacionados ao avanço do crime organizado em territórios vulneráveis e à intensificação de conflitos agrários, com atuação de grupos que promovem violência contra povos indígenas e trabalhadores rurais. Diante desse cenário, o projeto tem investido no fortalecimento do trabalho de base, da articulação em rede e das estratégias de proteção e autoproteção, com foco na análise de contexto e risco.

No campo do monitoramento e avaliação, foram realizadas avaliações internas, reuniões periódicas e processos de planejamento estratégico, além da articulação contínua entre equipes e organizações participantes. As ações territoriais incluíram oficinas, caravanas e acompanhamento de casos em diferentes regiões, fortalecendo a presença da SMDH em territórios de conflito.

Dessa forma, ao longo de 2025, o projeto contribuiu para o fortalecimento das redes de proteção, o apoio direto a defensores e defensoras ameaçados e a ampliação das estratégias de proteção popular, enfrentando contextos de violência e promovendo a organização coletiva nos territórios.

DESCRIÇÃO	SALDO ANT.	CREDITOS	DESPESAS	DEVOLVIDO	SALDO	ATIVO	PASSIVO	SALDO
007 - DEFENDENDO VIDAS A PARTIR 10/2024								
RECURSOS A REALIZAR	72.827,04	460.413,34	452.673,46		80.566,92	119.004,88	38.437,96	80.566,92
RECURSOS ORÇAMENTARIO A REALIZAR		457.583,78						
REND. DE APLICAÇÃO FINANCEIRA A REALIZAR		2.829,56				103.955,78		
						10.799,10	3.358,59	
						4.250,00	8.638,74	
APLICAÇÃO DE RECURSOS							26.440,63	
DESPESAS COM PESSOAL			291.043,52					
DESPESAS ATIVIDADE DO PROGRAMA			148.617,24					
CUSTOS CORRENTES			13.012,70					

3.6- Fortalecendo o Controle Popular frente à Seletividade Penal (Seletivismo Penal)

No ano de 2025, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) deu continuidade à execução do projeto Fortalecendo o Controle Popular frente à Seletividade Penal, com apoio do Fundo Brasil, desenvolvendo ações voltadas ao enfrentamento da tortura, do encarceramento e da seletividade penal, por meio de formação, incidência política, monitoramento institucional, comunicação e mobilização social.

Ao longo do período, foram realizadas reuniões com grupos de escolas, bairros e organizações, além de atividades formativas, com destaque para os cursos de Agentes Populares de Direito e de Comunicação, voltados à compreensão crítica do sistema de justiça, do racismo estrutural, das violências e das alternativas penais, bem como ao fortalecimento da comunicação como ferramenta de disputa de narrativas e controle popular.

No campo da mobilização, o projeto promoveu campanhas, caravanas, assembleias populares, rodas de diálogo em escolas, atividades de base em bairros da Grande São Luís e ações no interior do estado. Entre os destaques estiveram a Campanha 22 Dias de Ativismo, a III Assembleia Popular pelo Desencarceramento, a Caravana na Cidade Operária, as pré-conferências regionais e a I Conferência Popular de Segurança Pública. Essas ações fortaleceram o debate sobre violência policial, tortura, seletividade penal e segurança pública, envolvendo estudantes, lideranças comunitárias, familiares de

pessoas privadas de liberdade, organizações de direitos humanos e outros segmentos sociais.

O projeto também fortaleceu sua inserção territorial por meio de reuniões com coletivos de bairros, oficinas e ações comunitárias, inclusive em parceria com a Pastoral da Mulher Marginalizada, além de ampliar a articulação com iniciativas do interior do estado. No campo do controle popular, o Grupo Animador manteve papel central no monitoramento dos parâmetros populares para o desencarceramento, realizando reuniões regulares, rodas de diálogo virtuais, sistematização de denúncias e acompanhamento crítico da atuação do sistema de justiça e segurança pública.

No âmbito da produção de conhecimento e da incidência, destacaram-se o 3º Colóquio de Direitos Humanos, a atuação da Rede de Pesquisadores em Ciências Criminais, a publicação da Revista Catirina nº 06, o acompanhamento da Central de Regulação de Vagas e a produção de análises e relatórios sobre o Plano Pena Justa. A SMDH também realizou inspeções no Complexo Penitenciário de Pedrinhas e no Hospital Psiquiátrico Nina Rodrigues, produziu relatórios técnicos sobre o cumprimento das medidas da Corte Interamericana de Direitos Humanos e participou de espaços de incidência junto a órgãos estaduais, nacionais e internacionais.

A comunicação consolidou-se como eixo estratégico do projeto, com produção contínua de conteúdos para redes sociais, site institucional, campanhas e materiais gráficos, ampliando a visibilidade pública das denúncias, pesquisas e ações de incidência. Ao longo de 2025, o projeto fortaleceu lideranças, organizações de base e espaços de controle popular, ampliando a capacidade de monitoramento, formulação de propostas e participação social em torno de uma agenda de segurança pública democrática, antirracista e comprometida com os direitos humanos.

Apesar de desafios relacionados à violência nos territórios, à opacidade institucional e à permanência da lógica encarceradora, o projeto acumulou aprendizados importantes sobre a necessidade de presença continuada nos territórios, uso de linguagens sensíveis e articulação entre pesquisa, comunicação e mobilização de base. Nesse processo, o apoio do Fundo Brasil foi fundamental para fortalecer a capacidade organizativa da SMDH, sustentar ações formativas, metodológicas e comunicativas e consolidar o controle popular como instrumento de incidência e resistência frente à seletividade penal.

DESCRIÇÃO	SALDO ANT.	CREDITOS	DESPESAS	DEVOLVIDO	SALDO	ATIVO	PASSIVO	SALDO
026 - SELETIVISMO PENAL								
RECURSOS A REALIZAR	80.910,00	196.438,82	183.694,81		93.654,01	93.654,01	-	93.654,01
RECURSOS ORÇAMENTARIO A REALIZAR		190.800,00						
REND. DE APLICAÇÃO FINANCEIRA A REALIZAR		5.638,82				92.165,03		
	-			-		1.488,98		
APLICAÇÃO DE RECURSOS	-	-						
DESP COM ATIVIDADES DO PROJETO	-	-	176.129,54					
DESP. COM APOIO AO PROJETO			2.462,15					
BENS DE CAPITAL	-	-	5.103,12					

3.7 - Projeto Sementes de Proteção de Defensores/as de Direitos Humanos

No ano de 2025, o Projeto Sementes de Proteção Popular de Defensores/as de Direitos Humanos (DDDH) iniciou sua implementação, dando continuidade ao Projeto Sementes anteriormente desenvolvido até 2024. O projeto, com duração prevista de 40 meses, tem como objetivo fortalecer práticas de proteção popular — como autoproteção, apoio mútuo e atuação em rede — junto a organizações da sociedade civil que atuam com defensores e defensoras de direitos humanos em situação de risco em todo o país.

A iniciativa é desenvolvida pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH/MNDH) e pela Avuar Social, com cofinanciamento da Delegação da União Europeia no Brasil, contando com a participação de diversas organizações associadas e com a atuação de Organizações Referenciais no Território (ORTs) em 21 estados brasileiros. A implementação ocorre de forma articulada em rede, envolvendo organizações parceiras e beneficiárias.

Ao longo de 2025, o projeto desenvolveu ações voltadas à formação, fortalecimento institucional, incidência política, mobilização e comunicação, com base na metodologia da proteção popular e na articulação entre organizações e territórios. Também foi estruturado o Fundo de Apoio a Terceiros, destinado a descentralizar recursos para as organizações nos territórios e atender demandas emergenciais de proteção.

O primeiro ano de execução concentrou-se na estruturação das condições necessárias para a implementação do projeto, incluindo a contratação da equipe nacional, elaboração do planejamento operacional, construção da linha de base, definição dos planos de comunicação, monitoramento e avaliação e formalização de termos de

cooperação com as organizações nos territórios. Foram realizadas plenárias virtuais mensais com as organizações participantes, além de reuniões periódicas da equipe e das instâncias de coordenação.

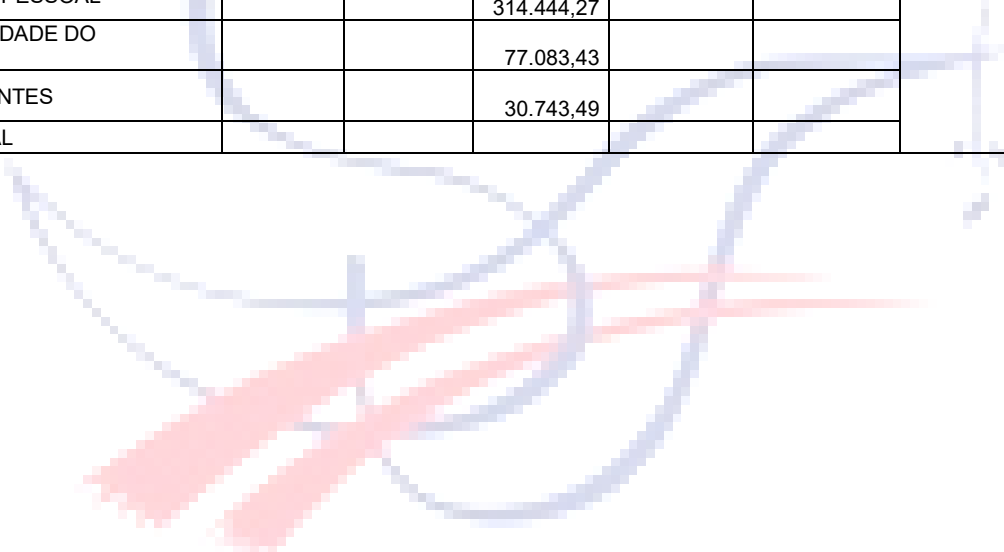
No campo formativo, foram realizadas oficinas virtuais sobre mobilização e gestão de recursos, desenvolvimento institucional, funcionamento do Fundo de Apoio a Terceiros e segurança digital e proteção de dados. Também foram elaborados materiais orientadores, parâmetros populares para controle social das políticas de proteção, diagnósticos organizativos e instrumentos de análise de contexto e risco. Em dezembro, foi realizado o IV Encontro Nacional da Proteção Popular, em Brasília, reunindo organizações participantes, associadas e convidados.

No eixo da comunicação e produção de conhecimento, foram revisados cadernos da série Proteção Popular e o Relatório Anual sobre a situação de defensores e defensoras de direitos humanos. Foi realizado o primeiro Concurso Nacional de Reportagens sobre defensores e defensoras, envolvendo jovens comunicadores, e elaborado o planejamento da campanha de comunicação do projeto, incluindo atividade pública no Dia dos Direitos Humanos.

O projeto também atuou em articulações nacionais e internacionais, participando de campanhas, espaços institucionais e processos de incidência relacionados à proteção de defensores e defensoras de direitos humanos, incluindo acompanhamento de agendas junto a organismos internacionais.

Dessa forma, ao longo de 2025, o projeto consolidou sua estrutura de implementação, fortaleceu a articulação em rede e desenvolveu ações formativas, institucionais e de incidência, contribuindo para o fortalecimento das práticas de proteção popular de defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil.

DESCRIÇÃO	SALDO ANT.	CREDITOS	DESPESAS	DEVOLVIDO	SALDO	ATIVO	PASSIVO	SALDO
PSE A PARTIR 03-2024								
RECURSOS A REALIZAR	9.847,48	460.877,69	422.271,19		48.453,98	56.447,51	7.993,53	48.453,98
RECURSOS ORÇAMENTARIO A REALIZAR		455.287,30						
REND. DE APLICAÇÃO FINANCEIRA A REALIZAR		1.659,93				21.447,51	1.776,64	
OUTROS CREDITOS		3.930,46				35.000,00	6.216,89	
APLICAÇÃO DE RECURSOS								
DESPESAS COM PESSOAL			314.444,27					
DESPESAS ATIVIDADE DO PROGRAMA			77.083,43					
CUSTOS CORRENTES			30.743,49					
BENS DE CAPITAL								



SMDH

4- REGISTRO FOTOGRÁFICO



SMDH



SMDH













